

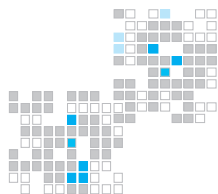
JORNALISMO, AGENDAMENTO E A CONSTRUÇÃO DE UMA ESFERA PÚBLICA DE DISCUSSÕES SOBRE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA



[Guilherme Canela de Souza Godoi](#)

■ Coordenador de Pesquisas e Relações Acadêmicas da Andi (Agência de Notícias dos Direitos da Infância), www.andi.org.br
Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, foi consultor de diversas organizações sobre a relação entre a Mídia e a Política, especialmente sobre a Mídia e a construção das políticas públicas. Na Andi, coordenou mais de quinze pesquisas sobre o tema, tendo co-organizado a produção dos nove livros da Série Mídia e Mobilização Social.

■ E-mail: gcanela@andi.org.br



RESUMO

Este trabalho discute as conexões entre quatro eixos: a prática de um jornalismo que cobre as temáticas pertinentes à infância e à adolescência e sua relação com o agendamento de decisões públicas direcionadas a esta parcela da população, assim como a construção de uma esfera pública que tenha por objetivo último refletir sobre estes mesmos temas. Os dados empíricos apontam que a imprensa brasileira, sem dúvida, incluiu a pauta da infância e da adolescência em sua cobertura cotidiana, e, com isto, colaborou para a consolidação de um novo paradigma sobre o lugar de crianças e adolescentes na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: JORNALISMO, AGENDAMENTO, ESFERA PÚBLICA, INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, ANDI.

ABSTRACT

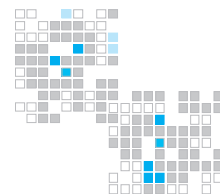
This article aims to explore the connections between journalism and the constitution of public agenda, considering important childhood and adolescence issues, through depiction of the media researches conducted by the News Agency for Children's Rights.

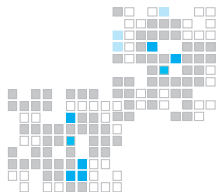
KEY WORDS: JOURNALISM, SCHEDULE, PUBLIC SPHERE, CHILDHOOD AND ADOLESCENCE, ANDI.

RESUMEN

Este trabajo aborda las conexiones entre cuatro ejes: la práctica de un periodismo que cubre las temáticas pertinentes a la infancia y a la adolescencia y su relación con el agendamiento de decisiones públicas dirigidas a esta parcela de la población, bien como la construcción de una esfera pública que tenga por objetivo último reflexionar sobre estos mismos temas. Los datos empíricos apuntan a que la prensa brasilera, sin duda, incluye la pauta de la infancia y de la adolescencia en su cobertura cotidiana, y, con esto, colaboró para la consolidación de un nuevo paradigma sobre el lugar de la niñez y los adolescentes en la sociedad.

PALABRAS-CLAVE: PERIODISMO, AGENDA, ESFERA PÚBLICA, INFANCIA Y ADOLESCENCIA, ANDI.





Introdução

As mais diferentes áreas do conhecimento, se é que podemos sintetizar assim as grandes divisões do empreendimento humano, podem ser caracterizadas ao longo da história pelos paradigmas que perduram durante determinado período de tempo. É e foi assim com a sociologia, a política, as artes, a cultura, a economia.

Não raro mais de um paradigma – em geral conflitantes – convivem durante um mesmo intervalo temporal para uma mesma área. Esta convivência, com muita frequência, se dá entre a derrocada de um paradigma e a consolidação de outro (romantismo e realismo na literatura, por exemplo). Ou seja, a dinâmica da História, das Ciências e da Filosofia, com a ausência de verdades eternas, nos dão a certeza de que velhos paradigmas vão sendo substituídos por novos. Às vezes, a novidade nada mais é do que um aprimoramento, às vezes é uma verdadeira revolução¹.

Neste momento, interessa-nos olhar mais de perto esta passagem de um velho paradigma para um novo. Na dinâmica da história, muitos paradigmas são defendidos por correntes conflitantes de pensamento; neste jogo de idéias, alguns paradigmas jamais são consolidados, outros suplantam antigos e acabam por sair da posição revolucionária para a posição de *status quo*.

Entretanto, a substituição de um paradigma por outro, não raro, é um processo difícil e há um interstício até que todos os atores relevantes incorporem esta nova posição dominante. Este hiato temporal será tanto menor quanto mais intensas e consistentes forem as estratégias de comunicar a nova forma de pensar o mundo àqueles atores sem cuja adesão o novo paradigma não se consolidará. O número destes atores varia conforme o cenário: podem ser poucos (numa oligarquia, por exemplo, basta que os aristocratas abracem o novo paradigma para que ele se torne o novo *status quo*) ou podem ser muitos (numa

democracia é preciso que, ao menos formalmente, a maioria esteja convencida das novas idéias).

Seja como for, há a necessidade de estratégias consistentes de comunicação. Para tanto, faz-se relevante saber comunicar bem quantitativa e qualitativamente; também é importante comunicar aos atores certos, alguns serão centrais para uma difusão mais veloz para os demais.

Veja-se que os partidários de distintas ideologias políticas – espécies de paradigmas – entenderam rapidamente que a difusão e consolidação de novas idéias, modernamente, não podem se dar sem a colaboração dos meios de comunicação de massa. Se no capitalismo o *marketing* sempre foi a alma do negócio (de empresários a cientistas), no socialismo a estatização dos meios de comunicação foi uma prática constante.

Resumindo: de posse de um novo paradigma necessita-se encontrar uma forma de comunicá-lo através dos meios de comunicação de massa, sob pena de ele demorar muito a se consolidar ou, na pior das hipóteses, sequer vir a se estabelecer.

Este trabalho pretende apontar, a partir da experiência da Agência de Notícias dos Direitos da Infância, a importância da imprensa brasileira na consolidação de um novo paradigma: a compreensão de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Para tanto, o que se segue está assim dividido: primeiramente apresentaremos brevemente a construção deste novo paradigma no Brasil e a necessidade de comunicá-lo à sociedade brasileira; depois, abordaremos a questão do agendamento e da esfera pública; na sequência traremos alguns dados de pesquisas realizadas no âmbito da Agência de Notícias dos Direitos da Infância e, por fim, apresentaremos nossas conclusões.

A criança e o adolescente como atores relevantes: um novo paradigma

Em questões de Estado um ponto *sine qua non*

¹ Fizemos uma brevíssima introdução sobre o tema dos paradigmas. Para maiores detalhes sobre a revolução de paradigmas, Cf. Kuhn, 1996.

para a mudança de paradigmas é a transformação dos marcos legais que dão fundamento ao status quo que se almeja alterar. Nesse sentido, não é possível, por exemplo, se consolidar um paradigma de democracia étnica ou racial sob a égide da Constituição Nazista.

A maioria das questões da infância e da adolescência era, até 1990, regida, no Brasil, pelo Código de Menores. Tal legislação trazia uma concepção de Estado e de família absolutamente ditatorial sob a criança e o adolescente: estes estavam sob a tutela atenta daqueles, nada mais.

Os elementos de participação cidadã advindos com a Carta Magna de 1988 já anunciavam que o Código de Menores era incompatível com a filosofia de país que foi desenhada pela Assembléia Constituinte. Adolescentes eram vistos como capazes de escolher o novo Presidente da República pela nova Constituição, mas eram tratados como caso de polícia pelo Código de Menores. Ganha força, então, a idéia de se adotar no Brasil um novo paradigma em relação ao papel de crianças e adolescentes na sociedade.

Estes passariam da condição de tutelados absolutos da família e do Estado para sujeitos de direitos. Uma revolução. Um sistema de garantias de direitos destas crianças e adolescentes foi criado, conselhos de participação democrática deveriam ser eleitos em cada município do país, os princípios das Convenções Internacionais das Nações Unidas estavam, de forma inovadora no mundo, sendo implantados no Brasil.

Em 1990 é aprovado, após um intenso processo de negociação com a sociedade civil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O diploma legal definia pormenorizadamente o novo paradigma; estavam dadas as condições formais para que uma nova forma de se encarar a infância e a adolescência fosse rapidamente absorvida pela sociedade brasileira.

Entretanto, logo de início se percebeu que a alteração do marco legal era uma etapa, fundamental,

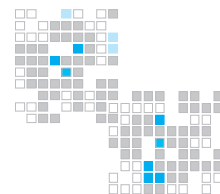
é verdade, mas era uma etapa do processo. Era preciso que crianças e adolescentes antes desconsiderados pela sociedade, sem voz, sem direitos, sem proteção, passassem a ser vistos como cidadãos do país. E mais: dadas as suas condições ímpares, meninos e meninas em formação, que passassem a ser vistos como cidadãos diferenciados, que necessitavam de um sistema de proteção de seus direitos.

A maioria das questões da infância e da adolescência era, até 1990, regida, no Brasil, pelo Código de Menores.

O tal sistema estava pronto, precisava, agora, ser conhecido e reconhecido. Precisava de legitimidade.

Conforme ressaltamos na introdução deste artigo, o reconhecimento de um novo paradigma depende, em grande medida, da capacidade de comunicá-lo. A sociedade civil, ator fundamental na concepção do novo Estatuto e ator que desde muito antes participou ativamente das garantias de direitos de crianças e adolescentes, não raro substituindo o Estado e a família, estava diante de um novo desafio: como tornar o paradigma recém-nascido conhecido, como fazer com que ele fosse a forma de se pensar as políticas para a infância e adolescência a partir de então.

Foi como resposta a este tipo de inquietação que, dois anos mais tarde, foi criada a Agência de Notícias dos Direitos da Infância. A Andi nasceu como uma Ong única, no Brasil, na relação com a infância e a adolescência. Enquanto a maioria das outras instituições ou praticavam atendimento direto ou faziam advocacy junto aos governos sempre com o intuito de proteger os direitos da infância e da adolescência, a Andi nascia com a missão de trabalhar com um ator que até então não era visto como parceiro preferencial no complexo sistema de garantias de direitos: os meios de comunicação.



Após anos de inflação elevada e de governos autoritários, a mídia brasileira estava altamente capacitada para falar de correção monetária e da política presidencial e legislativa de Brasília [...]

Com o entendimento de que sem uma estratégia consistente de disseminação do novo Estatuto, então um bebê de dois anos, a criança não vingaria, a organização passa a estimular os meios de comunicação para que fossem cúmplices desta mudança de rumos na sociedade.

O cenário, entretanto, não era animador. A cobertura da infância e adolescência era praticamente inexistente nos jornais e a que existia configurava-se ainda sob a ótica do antigo paradigma. Após anos de inflação elevada e de governos autoritários, a mídia brasileira estava altamente capacitada para falar de correção monetária e da política presidencial e legislativa de Brasília, contudo muito pouco familiarizada com as questões sociais que ganhavam corpo e sentido político desde a aprovação da Constituição.

Assim, muito mais do que uma estratégia de monitoramento dos meios de comunicação, muito comum nos países desenvolvidos, era necessário o desenvolvimento de uma estratégia de convencimento da importância do tema e, paralelamente, de uma estratégia de capacitação e oferecimento de condições pragmáticas de avanço qualitativo da cobertura para aqueles profissionais e/ou veículos que se convencessem. Voltaremos a estas estratégias.

Ainda que sem uma formulação conceitual e teórica muito clara, estes atores sociais dos inícios dos anos de 1990 acabaram por entender dois papéis centrais dos meios de comunicação: eles são co-responsáveis para definição da agenda pública e são fundamentais para a formação de uma esfera pública de discussões. É a esta discussão que passamos neste momento.

Quem guarda os guardiães? A mídia no olho do furacão

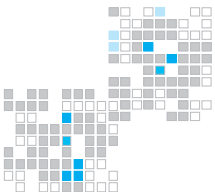
Os pais da democracia norte-americana, nos famosos artigos federalistas, já apontavam a imprensa como elemento fundamental para o regime democrático, pensavam em sua tarefa de vigia das instituições, de fiscalizadora e controladora social do governo. Seria através da imprensa que os debates relevantes para o eleitorado se daria, era através da observação que a mesma faria do Estado que cidadãos e cidadãs poderiam formar sua opinião e decidir o rumo da nação nas próximas eleições.

Antes mesmo dos federalistas, Alexis de Tocqueville, em sua *Democracia na América*, já havia notado que a consolidação de um sentimento democrático entre as associações de cidadãos norte-americanos tinha como ponto fundamental a leitura de jornais e a disseminação de informações através deles.

O cientista político italiano Giovanni Sartori (1994, p. 133), ao discutir a importância dos meios de comunicação em uma de suas obras sobre a democracia, enfatiza:

Nas democracias de hoje, são os meios de comunicação de massa que desempenham o papel mais amplo e mais central na formação da opinião pública. [...] Resumindo tudo numa única frase, diríamos que o mundo é – para o público em geral – a mensagem dos meios de comunicação.

Sartori, é claro, está se referindo à comunicação de massa. Não obstante, a construção do espaço público, para utilizar expressão do filósofo alemão



Jürgen Habermas², no qual se dá a gestação dos formadores da opinião pública (entre eles os *policy makers*) e, portanto, da própria opinião pública, está intrinsecamente ligada ao comportamento da mídia noticiosa. É aqui que são iniciados, escondidos, valorizados ou deturpados os debates fundamentais para o Público (assim mesmo, com P maiúsculo) como um todo.

Nesse sentido, a mensagem dos meios de comunicação contribui para a construção da realidade em que vivemos; “o aparecer na mídia”, não raro, é o fiel da balança na decisão pública de se atirar determinada política governamental nas gavetas do esquecimento ou trazê-la à tona, reforçando-a com o debate e as verbas necessários para que a mesma se torne realidade. Estamos, portanto, assumindo que a mídia tem um poder central nas democracias contemporâneas: definir a agenda pública. A hipótese (do *agenda-setting*) que está por detrás disto salienta:

[...] em conseqüência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas³.

Assim, pesquisar a cobertura da imprensa sobre determinado assunto é entender mais acuradamente como tal assunto refletir-se-á na realidade cotidiana; mais do que isso, é compreender como ele não se refletirá, a partir da obser-

vação das lacunas dessa mesma cobertura.

À figura do *watchdog*, ou à do guardião, cabe a indagação: “quem guarda os guardiões?”. Ou seja, quem se ocupa de desenvolver um sistema de responsabilização da própria mídia. O central, contudo, é que os guardiões estejam propensos a modificarem posturas, práticas, hábitos com o objetivo último de, sem abdicar do pragmatismo diário, estabelecer os fundamentos de uma sociedade melhor. Não parece haver alternativa mais lógica do que iniciar esta caminhada pelo começo: a infância e a adolescência.

A percepção destes papéis – definir a agenda e estimular uma esfera pública de discussões – do ator “mídia” na sociedade é o que pautou a ação da Andi desde o princípio, talvez mais pragmaticamente do que a partir de uma construção teórica, àquele momento, bem sedimentada.

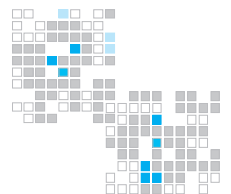
Para que o paradigma do ECA suplantasse o paradigma do antigo Código de Menores era preciso que: 1) a agenda pública fosse pautada a partir desta nova filosofia, pois com a aprovação da nova lei pelo Congresso Nacional, fazia-se necessário que o Executivo se sentisse suficientemente pressionado para implementá-la; 2) o espaço público de reflexão sobre a infância e a adolescência criado de maneira piloto com a discussão do ECA fosse fortalecido. A implementação e efetiva construção do novo sistema de garantias dependeria da concepção de estratégias inovadoras e da participação de toda sociedade, a qual precisaria de subsídios para adentrar neste debate.

Certamente, muitos eram os caminhos com vistas a lograr estes objetivos. Não obstante, os fundadores da Andi imaginaram o seguinte: o ECA necessita de aceitação e precisa, para tanto, ser mais discutido e difundido entre os diferentes atores sociais⁴. Ora, se a mídia é quem define a

2 O argumento habermasiano está definido em uma série de textos, entre eles: Habermas, 1984.

3 Shaw, 1979, *apud* Wolf, 1999, p. 144.

4 Alguns autores ressaltam, por exemplo, que enquanto a mídia argentina, por diversos motivos, boicotou a discussão acerca dos direitos humanos, tal assunto não entrou para a agenda pública e ficou anos estagnado. Cf. Park, 2002.



[...] a mídia não é uma espécie de ator onisciente que automaticamente incorpora o que há de mais novo em termos, por exemplo, de legislação para a infância e a adolescência.

agenda e quem liga o motor das discussões públicas, nada melhor do que trabalhar este ator primordialmente.

Depois desta ação inicial, percebeu-se na Andi – e paralelamente a *communication research* foi demonstrando cientificamente –, que os meios de comunicação eram e são atores fundamentais a serem trabalhados no processo de promoção e defesa de quaisquer políticas públicas.

Os direitos não são diferentes. Admitindo que: a) o poder público precisa definir a promoção dos direitos como fundamental; b) os atores sociais necessitam adquirir a informação necessária para trabalhar com seus públicos-alvos e c) a sociedade, por sua vez e como em um ciclo virtuoso, necessita pressionar seus representantes para que se interessem por determinada temática e, para tanto, ela precisa estar melhor informada sobre ela; admitindo tudo isto, é central que reconheçamos que a mola propulsora do processo é a mídia, conforme a teoria do agendamento e da definição da esfera pública salientam.

Entretanto, a mídia não é uma espécie de ator onisciente que automaticamente incorpora o que há de mais novo em termos, por exemplo, de legislação para a infância e a adolescência. Ela também precisa ser convencida, instrumentalizada, cobrada. Aqui entra o papel de organizações como a Andi. Nosso próximo passo é abordar, rapidamente, o *modus operandi* e alguns resultados desta ação.

Construindo um jornalismo de qualidade

Observadores de mídia, em geral, estão preo-

cupados em sistematizar e, um pouco mais além, analisar criticamente o conteúdo e as ações dos meios de comunicação. Efetivamente, estas se constituiriam em duas ações a serem levadas a cabo pela Andi⁵.

Entretanto, a organização compreendeu que: 1) os jornalistas não estavam preparados conceitual e profissionalmente para assumir uma cobertura sob a orientação do novo paradigma; 2) a própria matéria-prima da atividade jornalística, os fatos que compõem a realidade cotidiana, era, basicamente, orientada pela antiga visão de mundo.

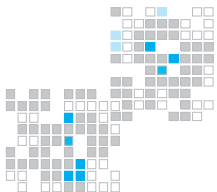
Nesse sentido, era preciso fazer um esforço de colaborar com os profissionais de imprensa para que eles pudessem cobrir ações/iniciativas nacionais e internacionais que fossem reflexos e demonstrações da mudança efetiva de pensar a sociedade no tocante àquele tema.

Para tanto, quatro linhas de ações foram desenvolvidas:

1. associação com as fontes: foi central capacitar e estimular as fontes de informação já inter-relacionadas com novo paradigma para que as mesmas atuassem como facilitadoras do trabalho da imprensa. Afinal, o produto do trabalho jornalístico depende em muito da atuação das fontes de informação;

2. mobilização: era preciso mobilizar os jornalistas para que passassem a trabalhar sob a ótica do novo paradigma. Conceitos como menor precisavam ser substituídos pelos de criança e adolescente. Era preciso investigar a implementação mandatória dos conselhos tutelares e de direitos. Nesta direção, foram criadas iniciativas como o

5 O caso da Andi é o fio condutor desta reflexão por ser um modelo de fácil replicação, como, aliás, vem acontecendo. Hoje, no Brasil, temos agências de monitoramento de mídia para a Aids e para Direitos Humanos. A própria Andi criou uma Rede de Agências regionais no Brasil e na América Latina (www.redandi.org).



reconhecimento “Jornalista Amigo da Criança” e o “Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo”;

3. monitoramento: para a verificação dos resultados foi criado um sistema diário de monitoramento dos cinquenta mais importantes jornais brasileiros;

4. análise: em algumas temáticas especiais (educação, violência, saúde, desenvolvimento) era fundamental aprofundar-se a análise do material veiculado pelos meios de comunicação. Para tanto, ancorados na metodologia de análise de conteúdo, a Andi e seus parceiros passaram a produzir conhecimento e pesquisa em comunicação. Os resultados destas análises acabaram por se constituir em importante instrumento de capacitação de fontes e jornalistas, realimentando o processo.

Resultados

Em 1996, quatro anos após sua criação, a Andi passou a monitorar diariamente cinquenta jornais impressos brasileiros. A evolução da cobertura destes jornais em relação à temática da infância e da adolescência aponta uma estratégia inicial de elevado sucesso.

A cobertura deu um salto quantitativo de 900% em seis anos de monitoramento, houve a consolidação de questões públicas importantes entre os assuntos mais abordados pelos meios de comunicação. Também logrou-se garantir uma

diversidade de vozes na cobertura da mídia.

O gráfico 1, abaixo, apresenta a evolução numérica da cobertura sobre infância e adolescência em cinquenta jornais brasileiros (de 24 estados da federação) ao longo destes seis anos. Este crescimento exponencial indica que os temas pertinentes aos interesses de adolescentes e crianças adentraram definitivamente na pauta da imprensa brasileira.

O quadro 1 (pag.136) também traz informações importantes. Há uma consolidação, entre os temas mais cobertos, das políticas públicas que mais afetam a qualidade de vida de crianças e adolescentes. Os temas relacionados à Educação passam, já em 1998, para a condição de temas mais abordados pelos jornais e aí se mantêm até o levantamento mais recente (2004). Em segundo e terceiro lugares aparecem as questões de violência e saúde. Ou seja, a mídia está pautando uma agenda de discussões, ao menos do ponto de vista temático, nas direções que mais deveriam merecer a atenção da sociedade.

Notas: 1) Ao longo das edições da pesquisa Infância na Mídia foram monitorados diversos temas. A evolução da metodologia levou a que alguns fossem desmembrados ou fundidos e também que novos recortes fossem acrescentados para atender às necessidades de cada momento. Nesta tabela estão os temas possíveis de comparação. É o caso, por exemplo, de cultura e

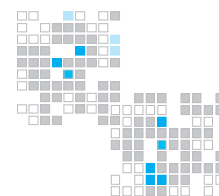
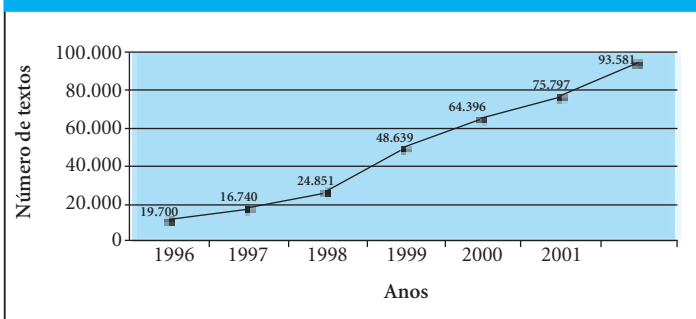
esportes, áreas cujo monitoramento, de início, ocorreu de modo conjunto passando, posteriormente, a contar com classificação individual.

2) O quadro é a nota foram reproduzidos, *ipsis literis*, do referido relatório.

A construção de uma esfera de discussões, de fato pública, só pode ser adequadamente lograda se se conseguir uma pluralidade de vozes nesta mesma esfera. As temáticas

GRÁFICO 1

Evolução do número total de textos veiculados - 1996 a 2002



Quadro 1: Temas mais abordados: Jornais e Revistas – 1996 a 2002 (Anual)

Posição	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
1º	Direitos & Justiça	Direitos & Justiça	Educação	Educação	Educação	Educação	Educação
2º	Saúde	Violência	Direitos & Justiça	Saúde	Violência	Violência	Violência
3º	Violência	Saúde	Violência	Violência	Saúde	Saúde	Direitos & Justiça
4º	Abuso & Exploração Sexual	Educação	Saúde	Direitos & Justiça	Direitos & Justiça	Direitos & Justiça	Saúde
5º	Educação	Abuso Exploração Sexual	Terceiro Setor	Terceiro Setor	Terceiro Setor	Terceiro Setor	Internacionais
6º	Exploração do Trabalho	Exploração do Trabalho	Comportamento	Comportamento	Abuso & Exploração Sexual	Cultura & Esportes	Cultura
7º	Terceiro Setor	Crianças em Situação de Rua	Drogas	Cultura & Esportes	Comportamento	Exploração do Trabalho	Abuso & Exploração Sexual
8º	Crianças Desaparecidas	Drogas	Cultura & Esportes	Abuso & Exploração Sexual	Drogas	Comportamento	Terceiro Setor
9º	Drogas	Internacionais	Abuso & Exploração Sexual	Drogas	Exploração do Trabalho	Abuso & Exploração Sexual	Comportamento
10º	Crianças em situação de rua	Comportamento	Exploração do Trabalho	Exploração do Trabalho	Cultura & Esportes	Drogas	Drogas
11º	Internacionais	Terceiro Setor	Crianças em Situação de Rua	Pessoas com Deficiência	Pessoas com Deficiência	Pessoas com Deficiência	Esportes
12º	Mortalidade Infantil		Mortalidade Infantil	Crianças em Situação de Rua	Meio Ambiente	Meio Ambiente	Exploração do Trabalho
13º	Cultura		Crianças Desaparecidas	Crianças Desaparecidas	Crianças em Situação de Rua	Mídia	Pessoas com Deficiência
14º	Comportamento		Pessoas com Deficiência	Mortalidade Infantil	Mortalidade Infantil	Crianças em Situação de Rua	Consumo
15º	Esportes		Meio Ambiente	Meio Ambiente	Crianças Desaparecidas	Acesso ao Trabalho	Acidentes
16º	Meio Ambiente					Mortalidade Infantil	Acesso ao Trabalho
17º						Crianças Desaparecidas	Mídia
18º							Meio Ambiente
19º							Crianças em Situação de Rua
20º							Mortalidade Infantil
21º							Crianças Desaparecidas

Fonte: Relatório “Infância, imprensa e desenvolvimento humano”, no prelo

envolvendo as políticas sociais para a infância e adolescência não são consensuais e, em muitos casos, estão em fase de construção. Nesse sentido, é central que se dê espaço aos mais diferentes atores para que a agenda pública seja construída

com a complexidade que é inerente ao tema. Neste item também foram obtidos resultados positivos, as fontes de informação ganharam em diversidade e mais atores passaram a fazer parte do cardápio de interesses dos meios de comunicação, conforme

fica evidenciado na tabela 1.

Nota: (1) De 1999 a 2001, a marcação de fonte se deteve àquela geradora da notícia ou à principal fonte explicitada na matéria;

(2) Em 1999, o grupo poderes públicos incluiu apenas o Executivo, nos anos seguintes, se expandiu para os três poderes;

(3) Em 2002, a metodologia passou a considerar não apenas a fonte geradora da pauta ou principal, mas todos os atores ouvidos ou responsáveis por dados estatísticos;

(4) Em 2002, essas fontes passaram a ser computadas separadamente, antes estavam incluídas em organizações da sociedade civil ou poderes públicos.

(5) A tabela e as notas foram retiradas, *ipsis literis*, do referido relatório.

A despeito destes resultados quantitativamente positivos, não se pode deixar de reconhecer que, qualitativamente, há muito por se fazer. As análises especiais conduzidas pela Andi mostram que as matérias ainda relutam em entender crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, não há uma adequada cobertura de causas, soluções e conseqüências e, apesar da pluralidade de fontes, não há pluralidade de opiniões divergentes.

Os meios de comunicação também encontram dificuldades para situar as temáticas da infância e adolescência em um contexto mais amplo, fazendo relações múltiplas e apontando, para todas as áreas, desafios comuns que precisam ser superados. Assim, relações de gênero, questões de raça/etnia, a inserção da temática na agenda

Tabela 1: Fontes mais Ouvidas - 1999 a 2002

Fonte	1999	2000	2001	2002
Poderes Públicos	66,71% ²	63,91%	58,86%	36,91%
Organizações da Sociedade Civil	33,29%	31,20%	31,05%	44,22%
Organismos Internacionais			4,63%	2,60%
Comunidade Escolar			4,20%	6,86%
Universidades		4,89%	3,40%	3,28%
Empresas			2,40%	2,59%
Serviços de Saúde				2,22%
Igrejas				0,75%
Candidatos/Partidos Políticos				0,56%

Fonte: Relatório "Infância, imprensa e desenvolvimento humano", no prelo.

do desenvolvimento e a própria cobertura de políticas públicas *per se* ainda precisam ser melhor consolidadas.

Conclusão

Ao longo dos últimos quinze anos, o Brasil vem conseguindo afirmar e legitimar um novo paradigma de entendimento do papel de crianças e adolescentes na sociedade. Os dados estatísticos oficiais e de organismos internacionais apontam queda nas taxas de mortalidade infantil, aumento do número de alunos matriculados nas escolas, diminuição considerável dos níveis de trabalho infantil.

Muitas destas conquistas foram resultado de uma parceria bem-sucedida com os meios de comunicação que aprenderam a redefinir seu próprio papel dentro de uma nova realidade de país e uma nova realidade da infância.

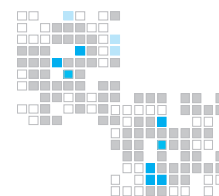
Assim como as políticas públicas que ganharam a batalha da quantidade, precisam ganhar a da qualidade, o jornalismo também enfrenta desafio semelhante. Os primeiros passos foram dados, é

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA, UNICEF, CENTRAL DE PROJETOS E COORDENAÇÃO NACIONAL DST E AIDS – MINISTÉRIO DA SAÚDE – A mídia como consultório? Uma análise técnica e jornalística das perguntas e respostas sobre

saúde e comportamento veiculadas pela mídia imprensa e eletrônica. Brasília: 2002.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA – Saúde em pauta: doença e qualidade de vida no olhar da imprensa sobre a



infância. Coordenação Veet Vivarta. São Paulo: Cortez, 2003 (Série Mídia e Mobilização Social, 1).

_____. *Equilíbrio distante: tabaco, álcool e adolescência no jornalismo brasileiro*. Coordenação Veet Vivarta. São Paulo: Cortez, 2003 (Série Mídia e Mobilização Social, 3).

_____. *Que país é este? Pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano e social no foco da imprensa brasileira*. Coordenação Veet Vivarta. São Paulo: Cortez, 2003 (Série Mídia e Mobilização Social, 4).

_____. *O grito dos inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes*. Coordenação Veet Vivarta. São Paulo: Cortez, 2003 (Série Mídia e Mobilização Social, 5).

_____. *Mídia e deficiência*. Veet Vivarta, coordenação. Brasília: Andi/ Fundação Banco do Brasil, 2003.

_____. *Imprensa, infância e desenvolvimento humano*. Brasília: 2004, no prelo.

GALTUNG, Johan. “Violência, paz e investigação sobre a paz”. In: BRAILLARD, Philippe. *Teoria das relações internacionais*. Lisboa:

Fundação Calouste Gulbekian, 1990, pp. 331-357.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HANSEN, Anders; COTTLE, Simon; NEGRINE, Ralph e NEWBOLD, Chris. *Mass communication research methods*. New York: New York University Press, 1998.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

PARK, David J. “Media, democracy and human rights in Argentina”. *Journal of Communication Inquiry* 26:3, jul. 2002, pp. 237-260.

PORTO, Mauro. “A importância do contraditório no conteúdo da mídia”. In: Andi – *Que país é este?*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 155-156.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. vol. 1. São Paulo: Ática, 1994.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. 5ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

